

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Kátia Florêncio Crestani

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO:  
LUCRO PRESUMIDO X SIMPLES NACIONAL**

Porto Alegre  
2018

Kátia Florêncio Crestani

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO:  
LUCRO PRESUMIDO X SIMPLES NACIONAL**

Artigo apresentado á Faculdade São Francisco de Assis, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Fernando Florentino da Silva

Porto Alegre

2018

## **RESUMO**

O estudo tem como principal objetivo demonstrar a importância do planejamento tributário nas empresas analisando a melhor tributação para uma empresa prestadora de serviços contábeis, sendo tributada no Lucro Presumido ou no Simples Nacional. Com a elevada carga tributária vigente no Brasil, faz-se necessário estudar as maneiras para obter uma economia tributária e ao mesmo tempo tornar a empresa mais competitiva no mercado. A pesquisa será realizada com base nos exercícios práticos fiscais de 2017 e projetando para 2018. Deste modo faz necessário para realização do estudo um aprofundamento teórico frente às duas formas de tributação, que são objetos de estudo o Lucro Presumido e o Simples Nacional. No caso prático serão realizados os cálculos e um comparativo dos resultados obtidos nas duas opções. Observa-se, que o Simples Nacional é a forma de tributação mais econômica. O estudo facilita e serve para evidenciar que através do planejamento pode-se descobrir a forma de tributação mais econômica para as empresas, tornando-se desta forma mais competitiva.

**Palavras-chave:** Planejamento Tributário. Lucro Presumido. Simples Nacional.

## **ABSTRACT**

The main objective of this study is to demonstrate the importance of tax planning in companies by analyzing the best taxation for a company that provides accounting services and is taxed on Presumed Profit or Simple National. With the high tax burden in Brazil, it is necessary to study the ways to obtain tax savings and at the same time make the company more competitive in the market. The research will be carried out based on the fiscal exercises of 2017 and projecting for 2018. In this way it makes necessary to carry out the study a theoretical deepening in front of the two forms of taxation, which are objects of study Presumed Profit and the National Simple. In the practical case, the calculations and a comparison of the results obtained in the two options will be performed. It is observed that the National Simple is the most economical form of taxation. The study facilitates and serves to demonstrate that through planning one can discover the most economical form of taxation for companies, thus becoming more competitive.

**Keywords:** Tax Planning. Presumed profit. Simple national.

## 1 INTRODUÇÃO

A realidade no Brasil em relação ao sistema tributário é claramente entendida e vista por todos como complexa e com a carga dos tributos muito elevada, tendo como base para calcular os tributos, diversas leis, normas, instruções, decretos, portarias, medidas provisórias, além de diversas alterações ao longo dos tempos.

O planejamento tributário consiste em um conjunto de sistemas legais que tem por objetivo diminuir os impostos pagos pela empresa, é utilizado no Brasil como uma forma de reduzir a carga tributária. Existem quatro formas de tributação vigentes no Brasil, que são: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional. A escolha da forma de tributação deve observar as restrições que existem na legislação, algumas em relação ao faturamento, outras relacionadas ao tipo de empresa e demais características a serem observadas que serão apresentadas no decorrer do estudo, de acordo com o Decreto N° 3.000, de 26 de março de 1999.

Com o planejamento tributário as empresas escolhem a melhor forma de tributação, com a intenção de diminuir carga tributária, utilizando as lacunas que existem na legislação. Os profissionais da contabilidade têm uma grande importância nesse contexto, tendo que estar em constante processo de atualização para poderem atender às reais necessidades de seus clientes. Porém, cabe ao contribuinte optar pela forma de tributação permitida pela legislação e que seja a mais adequada para sua empresa através do planejamento tributário.

Nos últimos anos este tema tem sido observado nas empresas como uma grande dificuldade de se manter no mercado, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte. Segundo estatísticas do Sebrae as empresas possuem um elevado índice de mortalidade no Brasil mesmo com alguns incentivos fiscais fornecidos pelo governo.

De acordo com Bedê (2018), na pesquisa encomendada pelo SEBRAE tomando como referência as empresas brasileiras constituídas em 2012 e as informações sobre estas empresas disponíveis na SRF (Secretaria da Receita Federal) até 2014, a taxa de sobrevivência das empresas com até dois anos de atividade foi de 76,6%, esta taxa foi a maior taxa de sobrevivência de empresas com até dois anos já calculada para as empresas nascidas em todo o período compreendido na pesquisa entre 2008 e 2012. Como a taxa de mortalidade se complementa à taxa de sobrevivência podemos dizer que a taxa de mortalidade das

empresas com até dois anos caiu de 45,8%, nas empresas nascidas em 2008, para 23,4%, nas empresas nascidas em 2012.

Não se pode deixar de frisar que as empresas constituídas no período de 2008 a 2012 beneficiaram-se de uma série de pontos positivos, presentes no conjunto do período compreendido entre 2008 e 2014 onde ajuda a explicar o aumento da taxa de sobrevivência neste período podendo destacar, por exemplo, a Evolução do Produto Interno Bruto (PIB), podendo destacar que em 2010 a taxa de crescimento do PIB foi de 7,5% ano, sendo a mais alta em 25 anos, o que deve ter beneficiado muito as empresas constituídas no período da pesquisa.

Figura 1 - Taxa de sobrevivência de empresas em dois anos

**GRÁFICO 1 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DE EMPRESAS DE DOIS ANOS: EVOLUÇÃO NO BRASIL**



Fonte: Sebrae NA, a partir de processamento das bases de dados da SRF disponíveis até 2014.

Fonte: Bedê, 2018.

Figura 2 - Taxa de mortalidade das empresas

**GRÁFICO 2 – TAXA DE MORTALIDADE DE EMPRESAS DE DOIS ANOS: EVOLUÇÃO NO BRASIL**



Fonte: Sebrae NA, a partir de processamento das bases de dados da SRF disponíveis até 2014.

Fonte: Bedê, 2018.

No primeiro momento, será realizado o embasamento teórico sobre as formas de tributação mencionada do caso prático, na sequência será efetuado o cálculo nas opções de tributação Lucro Presumido e Simples Nacional. Para realização do trabalho desenvolvido, foram realizadas pesquisas em Livros, Internet, Leis, Decretos e Legislações onde desenvolvem o conteúdo apresentado.

## **2 TRIBUTOS FEDERAIS COMULATIVO E SIMPLES NACIONAL**

Neste trabalho serão apresentadas todas as características, base e forma de cálculos para os impostos e contribuições federais que afetam de forma mais direta e relevante na atividade operacional das empresas, conforme listado a seguir:

- a) Imposto de Renda de Pessoas Jurídica (IRPJ);
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- c) Programa de Integração Social (PIS);
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- e) Simples Nacional (DAS).

### **2.1 Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido**

Para estes tributos IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) considera-se contribuinte todas as pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou transnacionais. Na Lei nº 9.532/97, alterada pela Lei nº 9.718 estabeleceu algumas atividades jurídicas com imunidade, isenção ou não incidência estando enquadrada nas atividades como: templos religiosos, instituições de educação, assistência social, partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, dentre outras. Para as empresas que não se enquadram nas atividades citadas acima devem calcular o IRPJ e CSLL utilizando como base de cálculo no Lucro Presumido correspondendo ao período de base, sobre o qual iremos aplicar a alíquota de 15% para IRPJ e 9% para CSLL, o IRPJ tem um adicional de 10% onde será calculado somente quando o valor da base para o tributo for maior que R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil) no ano, também podendo ser considerado R\$ 60.000,00 (sessenta mil) por trimestre ou R\$ 20.000,00 (vinte mil) no mês, sendo efetuado o cálculo a título de adicional do Imposto de Renda com a alíquota de 10%.

“Adicional do IRPJ é utilizado á carga tributária de 10% (dez por cento) é única para todas as pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras, sociedade seguradoras e assemelhadas.” (ANDRADE; SANTOS; BORGES, 2013, p. 19).

Na apuração do Lucro Presumido, base de cálculo é apurada através da aplicação do percentual de presunção definido conforme legislação federal (Lei 9.249/1995, artigo 15; e Lei 9.430/1996, artigos 1º e 25, Inciso I), sobre a receita

bruta de vendas de mercadorias, prestação de serviços ou produtos, tendo como data de apuração o último dia útil de cada trimestre. Lembrando que o valor de presunção varia de acordo com a atividade exercida pela empresa, quando a empresa exerce mais de uma atividade, devemos considerar o percentual de presunção de acordo com cada atividade exercida conforme observado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Percentual de presunção

<b>Atividades geradoras de receita</b>	<b>Percentual Aplicado</b>
Revenda para consumo de combustíveis (petróleo. Álcool etílico carburante e gás natural).	1,6%
Venda de mercadoria ou produto (exceto revenda de combustíveis). Transporte de cargas. Serviços hospitalares. Atividade rural. Industrialização com materiais fornecidos pelo contratante. Construção por empreitada com empregado de materiais próprios. Quaisquer outras atividades (exceto prestação de serviços) para qual não haja percentual aplicado específico.	8%
Serviços de transporte (exceto cargas). Serviços (exceto hospitalares, de transporte e de sociedade civil de profissão regulamentada, cuja receita bruta anual não seja superior a R\$ 120.000,00). Instituições financeiras e as entidades a elas equiparadas	16%
Serviços em geral, para os quais não esteja previsto o percentual específico, inclusive os prestados por sociedades civis de profissão regulamentada. Intermediação de negócios. Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direito de qualquer natureza. Factoring. Construção por administração ou empreitada unicamente de mão de obra.	32%

Fonte: Andrade, Santos, Borges (2013)



Considerando o quadro 1 anterior foi realizado um cálculo como exemplo para IRPJ, indicando que o cálculo tem como base o faturamento acumulado trimestral da empresa, sendo uma empresa prestadora de serviços contábeis onde obteve no primeiro trimestre X1 faturamento de 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Ainda de acordo com a figura nº 3 anterior a base de cálculo para apuração aplica-se o percentual de presunção no percentual de 32%, conforme cálculo:

Faturamento:	R\$ 150.000,00
Percentual Presunção:	32%
Base de Cálculo para IRPJ:	<u>R\$ 48.000,00</u>
Alíquota IRPJ:	15%
IRPJ a pagar: R\$	7.200,0

No exemplo acima foi aplicado o percentual de presunção de 32%, como o resultado da base para cálculo do IRPJ não ultrapassou o valor R\$ 60.000,00 (sessenta mil) não obteve a obrigatoriedade de cálculo o Adicional de IRPJ.

## **2.2 Pessoas jurídicas autorizadas a optar tributação do lucro presumido**

A tributação Lucro Presumido é considerado como simplificado para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, onde temos que observar os limites de faturamento para poder optar por este regime de tributação. As empresas precisam respeitar o limite de receita bruta conforme Lei 12.814/2013, de no máximo R\$ 78.000.000/ ano sendo uma média de R\$ 6.500.000/mês, as empresas que ultrapassar o limite de faturamento bruto no ano deverá utilizar a forma de tributação Lucro real, pelo fato da mesma não esta mais dentro das normas indicada na legislação para utilização do regime Lucro presumido.

Quando a pessoa jurídica ultrapassar o limite legal (R\$ 78.000.000), em algum período-base de apuração, dentro do próprio ano-calendário, tal fato não implica mudança do regime de tributação, podendo continuar sendo tributada com base no Lucro Presumido dentro deste mesmo ano. Contudo, automaticamente, estará obrigada à apuração do Lucro Real no ano-calendário subsequente, independentemente do Valor da Receita Bruta que for auferida naquele ano. Daí por diante, para que a Pessoa Jurídica possa retornar à opção pelo Lucro Presumido, deverá observar as regras gerais aplicáveis a essa opção. (ANDRADE; SANTOS; BORGES, 2013, p. 67).

De acordo com Andrade, Santos e Borges (2013), além de observar o limite em relação ao faturamento bruto, existem outras características a serem observadas como:

- a) Empresas que não estejam obrigadas a declarar com base no Lucro Real em função da atividade que exercem;
- b) As sociedades civis de profissão regulamentada, as sociedades que explorem atividade rural, as sociedades por ação, as sociedades de capital aberto, as empresas que se dediquem à compra, à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis e à execução de obra da construção civil, que não estejam enquadradas no item a;
- c) Empresas que tenham sócios ou acionistas residentes ou domiciliados no exterior;
- d) Empresas constituídas sob qualquer forma societária, de cujo capital participem entidades da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
- e) Empresas que sejam filiais, sucursais, agências ou representação, no país, de pessoas jurídicas com sede no exterior;
- f) Empresas que vendam bens importados, qualquer que seja o valor da receita auferida com a venda desses produtos.

As pessoas jurídicas que estiverem dentro deste limite permitido podem optar pelo regime do Lucro presumido, sendo atualmente de forma irrevogável na data do pagamento da primeira parcela da quota ou da quota única utilizando seus respectivos códigos do tributo onde indica a tributação escolhida, sendo código do IRPJ – 2089 e CSLL – 2372, alguns contribuintes após efetuar o pagamento tentam alterar o código da DARF (Documento de arrecadação de Receitas Federais) com a tentativa de modificar o regime tributário vinculado com cada código, utilizando a retificação da DARF. Mas este procedimento não é aceito pela receita federal.

### **2.3 Receitas consideradas para calculo do limite na apuração lucro presumido**

No fechamento do trimestre deve-se considerar além da receita bruta auferida vinculada a atividade do objeto das pessoas jurídicas, mais algumas forma de receita, onde serão consideradas para calculo e fechamento do trimestre conforme Chaves e Muniz (2010), sendo as receitas:

- a) Quaisquer outras receitas, mesmo que sejam de fontes não relacionadas com atividades principal da empresa;

- b) Os ganhos de capital;
- c) Os ganhos líquidos obtidos em operações de renda variáveis;
- d) Os rendimentos auferidos em aplicações financeiras e renda fixa;
- e) Os rendimentos decorrentes de participação societárias.

“No início em que a pessoa jurídica iniciar suas atividades, não existe o limite em função de valores, mas deve se observado para o período posterior, para avaliar se pode continuar ou ingressar no regime lucro presumido.” (CHAVES; MUNIZ, 2010, p. 342).

## **2.4 PIS e COFINS lucro presumido**

O PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são contribuições calculadas mensalmente e os recursos arrecadados são utilizados no desenvolvimento social, na melhoria da vida do trabalhador, e ao financiamento da seguridade social, a qual compreende a saúde, a previdência e a assistência social. (ZANOTELLI, 2005, p. 51).

Fabretti (2007, p. 263), diz que “apesar de serem duas contribuições criadas em momentos diferentes da nossa história política e econômica, ambas incidem sobre o faturamento e as Leis nos 10.637/02, 10.833/03 e 10.865/04 praticamente unificaram as normas desses tributos.”

A contribuição para o Programa de Integração Social – PIS foi instituída pela LC 07/1970. De acordo com o art. 239 da CF de 1988 a arrecadação decorrente das contribuições para o PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP passa, a partir da promulgação da mesma, a financiar o programa do seguro-desemprego e o abono salarial. 36 O PIS consiste num programa que transfere renda permitindo melhor distribuição da renda nacional, isso se faz por meio do abono salarial.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foi instituída pela LC n. 70 de 1991. Como o próprio nome já descreve, a COFINS tem por finalidade custear a seguridade social, que consiste no conjunto de políticas cuja finalidade compreende a saúde, a previdência e a assistência social.

### 2.4.1 Base de cálculo e apuração PIS e COFINS cumulativo

A base de cálculo para o PIS das pessoas jurídicas de modo geral corresponde ao faturamento mensal das empresas, que é composto pelo total das receitas auferidas, exceto as exclusões legalmente expressas.

Na modalidade de incidência sobre o faturamento, para Higuchi, Higuchi e Higuchi (2010, p. 925), excluem-se para determinação da base de cálculo do PIS:

I – as vendas canceladas, devoluções de vendas os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o [...] ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

Apuração dos impostos PIS e CONFIS sendo tributado pelo regime cumulativo devem ser mensal com vencimento do tributo sempre no mês subsequente á competência da apuração. O recolhimento do tributo é efetivado após o pagamento da DARF, cada imposto tem seu respectivo código que vincula o recolhimento como cumulativo sendo eles, PIS – 8109 e COFINS – 2172. Conforme Lei nº 10637/2002 a alíquota aplicada no cálculo para empresas tributada no regime cumulativo é de, 0,65% para PIS e 3% para COFINS, conforme cálculo no quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Exemplo apuração cumulativo

<b>RECEITA PRETAÇÃO DE SERVIÇO</b>	R\$150.000,00
(-) Vendas Canceladas	-R\$25.000,00
(-) Descontos Incondicionais	-R\$2.500,00
(=) Base de Cálculo	R\$122.500,00
PIS a recolher 0,65%	R\$796,25
COFINS a recolher 3%	R\$3.675,00

Fonte: Elaborado pela Autora

Além das deduções legais para base de calculo dos impostos, algumas receitas são consideradas como não tributadas pelo PIS e COFINS estes itens que possuem isenção ou exclusão estão permitidos pela Lei nº 9.718/98 e pela MP nº

2.158-35/20. Podendo ser retida da base as receitas oriundas, conforme listado abaixo:

- a) De exportação de mercadorias para o exterior;
- b) Dos serviços prestados a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;
- c) De vendas, com fim específico de exportação para o exterior, a empresas exportadoras registradas na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- d) De vendas e revendas de produtos com alíquota zero (exemplo produtos de cesta básica- feijão, arroz, entre outros); e
- e) Receitas com revendas de produtos com tributação monofásica ou concentrada (tributado em uma única etapa da cadeia produtiva, nas demais a alíquota é zero. Exemplo: combustíveis, pneus, cigarros, indústria farmacêutica, cervejas, entre outros).

## **2.5 Apuração das simples nacional**

A tributação do Regime Simples Nacional, também conhecido como Super Simples, é um regime que unifica 8 (oito) impostos sendo municipais, federais e estaduais em uma única guia chamada DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), este regime completou 10 anos em 2017 e em 01/01/2018 sofreu algumas alteração significativas em razão da LC 155/2016 dentre as principais alterações podemos mencionar algumas conforme listado abaixo.

- a) Novos tetos de faturamento e criações de sublimites para ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias) e ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza);
- b) Novas alíquotas, redução do número de anexos e faixas de receita bruta para apuração das alíquotas;
- c) Utilização de nova fórmula para apuração das alíquotas efetivas para cálculo do imposto;
- d) Aplicação da razão entre folha de pagamento x faturamento para enquadramento nos anexos;
- e) Inclusão de novas atividades.

Nas alíquotas fixadas pelo Simples Nacional, para cada faixa de faturamento estão contidos os seguintes tributos: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuições PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL); Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Imposto sobre produtos Industrializados (IPI); Contribuição sobre a Folha Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). (FABRETTI, 2007, p. 5).

As empresas prestadoras de Serviços Contábeis estão enquadradas conforme Anexo III da Resolução CGSN nº 94, de 2011. (art. 25-A, parag.1º, inciso III e V), conforme quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Anexo III

**ANEXO III**

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	6,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS (*)
1ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50%
2ª Faixa	4,00%	3,50%	14,05%	3,05%	43,40%	32,00%
3ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
4ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
5ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50% (*)
6ª Faixa	35,00%	15,00%	16,03%	3,47%	30,50%	-
(*) Quando o percentual efetivo do ISS for superior a 5%, o resultado limitar-se-á a 5%, transferindo-se a diferença para os tributos federais, de forma proporcional aos percentuais abaixo. Os percentuais redistribuídos serão acrescentados aos percentuais efetivos de cada tributo federal da respectiva faixa. Quando o valor do RBT12 for superior ao limite da 5ª faixa, para a parcela que não ultrapassar o sublimite, o percentual efetivo do ISS será calculado conforme segue: $(RBT12 \times 21\%) - R\$ 125.640,00 / RBT12 \times 33,5\%$ . Esse percentual também ficará limitado a 5%, redistribuindo-se eventual diferença para os tributos federais na forma acima prevista, de acordo com os seguintes percentuais:						
Redistribuição do ISS excedente	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	TOTAL
	6,02%	5,26%	19,28%	4,18%	65,26%	100%

Fonte: Lefisc Legislação Fiscal

No Simples Nacional deve-se efetuar um cálculo aplicando uma determinada formula, para encontrar a alíquota efetiva do Mês de apuração. Considerando a receita bruta acumulada dos últimos 12 meses observando sua faixa conforme o anexo III. Este regime tem como forma de apuração mensal, com vencimento no dia 20 do mês subsequente a competência apurada. Nos meses em que não houver expediente bancário no dia 20, o DAS deverá ser pago até o dia útil imediatamente posterior.

Essas mudanças no cálculo poderão aumentar ou reduzir a carga tributária das empresas, nesse caso é importante ter conhecimento na nova formula conforme figura nº 3 abaixo, descrevendo a forma de cálculo da alíquota efetiva:

Figura 3 - Formula Alíquota Efetiva

$$\frac{(Rbt12 \times \text{Alíquota}) - PD}{Rbt12}$$

Rbt12: receita bruta acumulada nos dozes meses anteriores.

Aliq.: alíquota nominal de acordo com os Anexos I a V.

PD: parcela a deduzir de acordo com os Anexos I a V.

Fonte: IBGE

O limite máximo da receita bruta anual para as empresas optantes pelo simples nacional é de R\$ 4,8 milhões acumulado nos últimos 12 meses. Este valor equivale a uma média mensal de R\$ 400 mil de receita bruta.

Considera-se receita bruta o produto de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Observando que no simples nacional não se inclui na receita bruta as receitas financeiras e ganhos de capital. Porém os ganhos de capital devem ser tributados no simples nacional e recolhido separado do DAS com uma tributação exclusiva na alíquota de 15% sobre o valor do ganho.

### 3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO LUCRO PRESUMIDO X SIMPLES NACIONAL

Conforme o estudo prático sobre a tributação no Lucro Presumido e Simples Nacional elabora-se o planejamento tributário para ambos os casos. Utilizando como base a atividade, prestação de serviços contábeis. O planejamento demonstra os cálculos dos tributos sobre os dois modos de tributação. Conforme o relatório abaixo demonstra-se o valor da Receita Bruta no ano calendário de 2017, para base de cálculo dos impostos no Lucro Presumido e Simples Nacional, conforme figura nº 4 abaixo:

Figura 4 - Relatório de Faturamento ano base 2017

RELATÓRIO DE FATURAMENTO			Emissão:	26/05/2018	
Empresa:	LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
Endereço:	Rua				
Cidade:	PORTO ALEGRE	CEP.:			
CNPJ:					
Insc.Est.:					
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017				
M Ê S	ANO	Saídas R\$	Serviços R\$	Outros R\$	Total R\$
Janeiro	2017	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Fevereiro	2017	0,00	235.600,00	0,00	235.600,00
Março	2017	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00
Abril	2017	0,00	135.000,00	0,00	135.000,00
Maio	2017	0,00	145.600,00	0,00	145.600,00
Junho	2017	0,00	115.200,00	0,00	115.200,00
Julho	2017	0,00	136.200,00	0,00	136.200,00
Agosto	2017	0,00	125.300,00	0,00	125.300,00
Setembro	2017	0,00	110.200,00	0,00	110.200,00
Outubro	2017	0,00	112.300,00	0,00	112.300,00
Novembro	2017	0,00	115.260,00	0,00	115.260,00
Dezembro	2017	0,00	125.360,00	0,00	125.360,00
Totais		0,00	1.591.020,00	0,00	1.591.020,00

Fonte: Sistema Domínio

O relatório demonstra o valor da Receita Bruta no ano calendário de 2018, para base de cálculo dos impostos no Lucro Presumido e Simples Nacional, conforme figura nº 5 abaixo:

Figura 5 - Relatório de Faturamento ano base 2018

RELATÓRIO DE FATURAMENTO

Emissão: 26/05/2018

Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO

Endereço: Rua

Cidade: PORTO ALEGRE

CEP.:

CNPJ:

Insc.Est.:

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

M Ê S	ANO	Saídas R\$	Serviços R\$	Outros R\$	Total R\$
Janeiro	2018	0,00	122.300,00	0,00	122.300,00
Fevereiro	2018	0,00	100.200,00	0,00	100.200,00
Marco	2018	0,00	114.500,00	0,00	114.500,00
Abril	2018	0,00	115.260,00	0,00	115.260,00
Maio	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Junho	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Julho	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Agosto	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Setembro	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Outubro	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Novembro	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Dezembro	2018	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
Totais		0,00	1.452.260,00	0,00	1.452.260,00

Fonte: Sistema Domínio

Considerando que a empresa não tem receitas financeiras e ganhos de capital, devem-se utilizar somente os valores da receita bruta para cálculo do planejamento tributário, na forma de tributação Lucro Presumido x Simples Nacional.



Total dos impostos devidos na tributação Simples Nacional no ano calendário 2017, considerando que a empresa iniciou suas atividades em 01/01/2017 conforme figura nº 9 demonstra o cálculo para alíquota efetiva do anexo III conforme estudo prestando utilizando o anexo e o faturamento acumulado dos últimos 12 meses conforme a figura nº 5 acima.

Figura 6 - Cálculo dos tributos Simples Nacional ano base 2017

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - SIMPLES NACIONAL												
Nome da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO											
CNPJ:												
CÁLCULO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL												
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
Faturamento												
- Serviços	125.000,00	235.600,00	110.000,00	135.000,00	145.600,00	115.200,00	136.200,00	125.300,00	110.200,00	112.300,00	115.260,00	125.360,00
Cancelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faturamento Total	125.000,00	235.600,00	110.000,00	135.000,00	145.600,00	115.200,00	136.200,00	125.300,00	110.200,00	112.300,00	115.260,00	125.360,00
ACUMULADO 12 ME:	-	125.000,00	360.600,00	470.600,00	605.600,00	751.200,00	866.400,00	1.002.600,00	1.127.900,00	1.238.100,00	1.350.400,00	1.465.660,00
Alíquota tabela	6,00%	6,00%	11,20%	13,50%	13,50%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Parcela dedução tabe	-	-	9.360,00	17.640,00	17.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00
Alíquota Efetiva	6,00%	6,00%	8,60%	9,75%	10,59%	11,26%	11,89%	12,45%	12,84%	13,12%	13,36%	13,57%
Simples a Pagar	7.500,00	14.136,00	9.464,76	13.164,65	15.414,94	12.966,44	16.189,31	15.593,89	14.149,84	14.735,33	15.399,64	17.009,26

Fonte: Elaborado pela Autora

Faturamento bruto nos primeiros três meses no ano de 2017, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos no 1º Trimestre/2017, tributação Lucro Presumido conforme figura nº 7:

Figura 7 - Base de cálculo para IRPJ e CSLL no 1º/Trim. 2017

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO					
	Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
	CNPJ:				
CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO					
		jan/17	fev/17	mar/17	Total
	Faturamento				
	- Serviços	125.000,00	235.600,00	110.000,00	470.600,00
					-
	Cancelamento	-	-	-	-
	Faturamento Total	125.000,00	235.600,00	110.000,00	470.600,00
	Base de Calculo IR Vendas 32%	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00
	Base de Calculo CSLL Vendas 32%	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00
	Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
	Base de Calculo Final IR	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00
	Base de Calculo Final CSLL	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 8 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no primeiro trimestre de 2017.

Figura 8 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 1º/Trim. 2017

<b>Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)</b>				
Calculo IR 15 %	6.000,00	11.308,80	5.280,00	22.588,80
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	9.059,20
Imposto a Recolher				31.648,00
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações			-	-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				31.648,00
<b>Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)</b>				
Calculo CS 9 %	3.600,00	6.785,28	3.168,00	13.553,28
Imposto a Recolher				13.553,28
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações				-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				13.553,28

Fonte: Elaborado pela autora

Faturamento bruto do segundo trimestre do ano de 2017, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos com tributação Lucro Presumido conforme figura nº 9:

Figura 9 - Base de cálculo 2º/Trim. 2017

<b>PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
CNPJ:				
<b>CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
	<b>abr/17</b>	<b>mai/17</b>	<b>jun/17</b>	<b>Total</b>
<b>Faturamento</b>				
- Serviços	135.000,00	145.600,00	115.200,00	395.800,00
				-
<b>Cancelamento</b>	-	-	-	-
<b>Faturamento Total</b>	135.000,00	145.600,00	115.200,00	395.800,00
Base de Calculo IR Vendas 32%	43.200,00	46.592,00	36.864,00	126.656,00
Base de Calculo CSLL Vendas 32%	43.200,00	46.592,00	36.864,00	126.656,00
Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
<b>Base de Calculo Final IR</b>	43.200,00	46.592,00	36.864,00	126.656,00
<b>Base de Calculo Final CSLL</b>	43.200,00	46.592,00	36.864,00	126.656,00

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 10 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no segundo trimestre de 2017.

Figura 10 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 2º/Trim. 2017

<b>Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)</b>				
Calculo IR 15 %	6.480,00	6.988,80	5.529,60	18.998,40
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	6.665,60
Imposto a Recolher				25.664,00
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações			-	-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				25.664,00
<b>Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)</b>				
Calculo CS 9 %	3.888,00	4.193,28	3.317,76	11.399,04
Imposto a Recolher				11.399,04
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações				-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				11.399,04

Fonte: Elaborado pela autora

Faturamento bruto do terceiro trimestre do ano de 2017, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos com tributação Lucro Presumido conforme figura nº 11:

Figura 11 - Base de cálculo 3º/Trim. 2017

<b>PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
CNPJ:				
<b>CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
	<b>jul/17</b>	<b>ago/17</b>	<b>set/17</b>	<b>Total</b>
<b>Faturamento</b>				
- Serviços	136.200,00	125.300,00	110.200,00	371.700,00
Cancelamento	-	-	-	-
<b>Faturamento Total</b>	<b>136.200,00</b>	<b>125.300,00</b>	<b>110.200,00</b>	<b>371.700,00</b>
Base de Calculo IR Vendas 32%	43.584,00	40.096,00	35.264,00	118.944,00
Base de Calculo CSLL Vendas 32%	43.584,00	40.096,00	35.264,00	118.944,00
Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
<b>Base de Calculo Final IR</b>	<b>43.584,00</b>	<b>40.096,00</b>	<b>35.264,00</b>	<b>118.944,00</b>
<b>Base de Calculo Final CSLL</b>	<b>43.584,00</b>	<b>40.096,00</b>	<b>35.264,00</b>	<b>118.944,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 12 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no terceiro trimestre de 2017.

Figura 12 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 3º/Trim. 2017

<b>Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)</b>				
Calculo IR 15 %	6.537,60	6.014,40	5.289,60	17.841,60
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	5.894,40
Imposto a Recolher				23.736,00
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações			-	-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				23.736,00
<b>Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)</b>				
Calculo CS 9 %	3.922,56	3.608,64	3.173,76	10.704,96
Imposto a Recolher				10.704,96
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações				-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				10.704,96

Fonte: Elaborado pela autora

Faturamento bruto do quarto trimestre do ano de 2017, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos com tributação Lucro Presumido conforme figura nº 13:

Figura 13 - Base de cálculo 4º/Trim. 2017

<b>PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
CNPJ:				
<b>CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
	<b>out/17</b>	<b>nov/17</b>	<b>dez/17</b>	<b>Total</b>
Faturamento				
- Serviços	125.000,00	235.600,00	110.000,00	470.600,00
				-
Cancelamento	-	-	-	-
Faturamento Total	125.000,00	235.600,00	110.000,00	470.600,00
Base de Calculo IR Vendas 32%	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00
Base de Calculo CSLL Vendas 32%	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00
Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
Base de Calculo Final IR	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00
Base de Calculo Final CSLL	40.000,00	75.392,00	35.200,00	150.592,00

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 14 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no quarto trimestre de 2017.

Figura 14 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 4º/Trim. 2017

<b>Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)</b>					
Calculo IR 15 %	6.000,00	11.308,80	5.280,00	22.588,80	
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	9.059,20	
Imposto a Recolher				31.648,00	
Deduções					
Retido s/Serviços	-	-	-	-	
Retido s/Aplicações			-	-	
Retido s/Periodos Anteriores				-	
Liquido a Pagar				31.648,00	
<b>Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)</b>					
Calculo CS 9 %	3.600,00	6.785,28	3.168,00	13.553,28	
Imposto a Recolher				13.553,28	
Deduções					
Retido s/Serviços	-	-	-	-	
Retido s/Aplicações				-	
Retido s/Periodos Anteriores				-	
Liquido a Pagar				13.553,28	

Fonte: Elaborado pela autora

Total dos impostos mensais PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2017 considerando o faturamento bruto na tributação do Lucro Presumido, conforme figura nº 15:

Figura 15 - Cálculo mensal de PIS e COFINS

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO												
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO												
CNPJ:												
CÁLCULO IMPOSTO LUCRO PRESUMIDO												
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
Faturamento												
- Serviços	125.000,00	235.600,00	110.000,00	135.000,00	145.600,00	115.200,00	136.200,00	125.300,00	110.200,00	112.300,00	115.260,00	125.360,00
Cancelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faturamento Total	125.000,00	235.600,00	110.000,00	135.000,00	145.600,00	115.200,00	136.200,00	125.300,00	110.200,00	112.300,00	115.260,00	125.360,00
PIS 0,65% - (8109)												
Base de Cálculo	125.000,00	235.600,00	110.000,00	135.000,00	145.600,00	115.200,00	136.200,00	125.300,00	110.200,00	112.300,00	115.260,00	125.360,00
Valor à Recolher	812,50	1.531,40	715,00	877,50	946,40	748,80	885,30	814,45	716,30	729,95	749,19	814,84
Valor Retido (-)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a Recolher	812,50	1.531,40	715,00	877,50	946,40	748,80	885,30	814,45	716,30	729,95	749,19	814,84
COFINS 3% - (2172)												
Base de Cálculo	125.000,00	235.600,00	110.000,00	135.000,00	145.600,00	115.200,00	136.200,00	125.300,00	110.200,00	112.300,00	115.260,00	125.360,00
Valor à Recolher	3.750,00	7.068,00	3.300,00	4.050,00	4.368,00	3.456,00	4.086,00	3.759,00	3.306,00	3.369,00	3.457,80	3.760,80
Valor Retido (-)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a Recolher	3.750,00	7.068,00	3.300,00	4.050,00	4.368,00	3.456,00	4.086,00	3.759,00	3.306,00	3.369,00	3.457,80	3.760,80

Fonte: Elaborado pela autora

No primeiro planejamento tributário utilizando como base os valores faturados no ano de 2017, o regime tributário que se tornou mais vantajoso neste comparativo foi o Simples nacional onde a empresa enquadrada no regime em 2017, obteve uma economia no pagamento dos tributos de R\$ 133.805,73 (Cento e trinta três mil oitocentos e cinco reais e setenta três centavos). Neste caso a melhor opção ainda esta em ser tributado no regime do Simples Nacional, conforme resumo na figura nº 16 a seguir:

Figura 16 - Comparativo tributário ano base 2017

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO x SIMPLES NACIONAL**

Nome da Empresa	<b>LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO</b>
CNPJ:	
TOTAL DOS TRIBUTOS A PAGAR NO SIMPLES NACIONAL EM 2017 - R\$ 165.724,06	
TOTAL DOS TRIBUTOS A PAGAR NO LUCRO PRESUMIDO EM 2017 - R\$ 299.529,79	
* IRPJ e IRPJ ADICIONAL - R\$ 112.696,00	
* CSLL - R\$ 49.210,56	
* PIS - R\$ 10.341,63	
* COFINS - 47.730,60	
* ISSQN 5% SOBRE O FATURAMENTO BRUTO - R\$ 79.551,00	
TOTAL DE ECONOMIA NA TRIBUTAÇÃO SIMPLES NACIONAL - R\$ 133.805,73	

Fonte: Elaborado pela autora

No ano de 2017 foi comprovado que a tributação simples nacional foi a mais vantajosa e econômica para a empresa do caso prático. Com base da projeção de faturamento no ano de 2018, vamos efetuar um novo planejamento tributário para verificar se continua sendo vantajoso continuar neste regime tributário para o próximo ano. Considerando os mesmos cálculos e planilhas utilizados no ano base 2017 damos início ao novo planejamento de 2018.

Total dos impostos devidos na tributação Simples Nacional no ano calendário 2018, considerando que a empresa iniciou suas atividades em 01/01/2017 conforme figura nº 17 demonstra o cálculo para alíquota efetiva do anexo III conforme estudo prestando utilizando o anexo e o faturamento acumulado dos últimos 12 meses conforme a figura nº 16 acima:

Figura 17 - Cálculo dos tributos Simples Nacional ano base 2018

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - SIMPLES NACIONAL												
Nome da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO											
CNPJ:												
CÁLCULO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL												
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
Faturamento												
- Serviços	122.300,00	100.200,00	114.500,00	115.260,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Cancelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faturamento Total	122.300,00	100.200,00	114.500,00	115.260,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
ACUMULADO 12 MESES	1.591.020,00	1.588.320,00	1.452.920,00	1.457.420,00	1.437.680,00	1.417.080,00	1.426.880,00	1.415.680,00	1.415.380,00	1.430.180,00	1.442.880,00	1.452.620,00
Alíquota tabela	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Parcela dedução tabela	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00	35.640,00
Alíquota Efetiva	13,76%	13,76%	13,55%	13,55%	13,52%	13,48%	13,50%	13,48%	13,48%	13,51%	13,53%	13,55%
Simples a Pagar	16.828,39	13.783,63	15.511,33	15.623,01	16.901,26	16.856,21	16.877,80	16.853,10	16.852,44	16.885,01	16.912,43	16.933,13

Fonte: Elaborado pela autora

Faturamento bruto nos primeiros três meses no ano de 2018, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos no 1º Trimestre/2018, tributação Lucro Presumido conforme figura nº 18:

Figura 18: Base de cálculo 1º/Trim. 2018

<b>PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
CNPJ:				
<b>CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO</b>				
	jan/18	fev/18	mar/18	Total
<b>Faturamento</b>				
- Serviços	122.300,00	100.200,00	114.500,00	337.000,00
<b>Cancelamento</b>	-	-	-	-
<b>Faturamento Total</b>	122.300,00	100.200,00	114.500,00	337.000,00
Base de Calculo IR Vendas 32%	39.136,00	32.064,00	36.640,00	107.840,00
Base de Calculo CSLL Vendas 32%	39.136,00	32.064,00	36.640,00	107.840,00
Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
<b>Base de Calculo Final IR</b>	39.136,00	32.064,00	36.640,00	107.840,00
<b>Base de Calculo Final CSLL</b>	39.136,00	32.064,00	36.640,00	107.840,00

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 19 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no primeiro trimestre de 2018.

Figura 19 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 1º/Trim. 2018

<b>Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)</b>				
Calculo IR 15 %	5.870,40	4.809,60	5.496,00	16.176,00
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	4.784,00
<b>Imposto a Recolher</b>				<b>20.960,00</b>
<b>Deduções</b>				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações			-	-
Retido s/Periodos Anteriores				-
<b>Liquido a Pagar</b>				<b>20.960,00</b>
<b>Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)</b>				
Calculo CS 9 %	3.522,24	2.885,76	3.297,60	9.705,60
<b>Imposto a Recolher</b>				<b>9.705,60</b>
<b>Deduções</b>				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações				-
Retido s/Periodos Anteriores				-
<b>Liquido a Pagar</b>				<b>9.705,60</b>

Fonte: Elaborado pela autora



Faturamento bruto do segundo trimestre do ano de 2018, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos com tributação Lucro Presumido conforme figura nº 20:

Figura 20 - Base de cálculo 2º/Trim. 2018

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO				
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
CNPJ:				
CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO				
	abr/18	mai/18	jun/18	Total
<b>Faturamento</b>				
- Serviços	115.260,00	125.000,00	125.000,00	365.260,00
<b>Cancelamento</b>	-	-	-	-
<b>Faturamento Total</b>	115.260,00	125.000,00	125.000,00	365.260,00
Base de Calculo IR Vendas 32%	36.883,20	40.000,00	40.000,00	116.883,20
Base de Calculo CSLL Vendas 32%	36.883,20	40.000,00	40.000,00	116.883,20
Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
<b>Base de Calculo Final IR</b>	36.883,20	40.000,00	40.000,00	116.883,20
<b>Base de Calculo Final CSLL</b>	36.883,20	40.000,00	40.000,00	116.883,20

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 21 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no segundo trimestre de 2018.

Figura 21 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 2º/Trim. 2018

Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)				
Calculo IR 15 %	5.532,48	6.000,00	6.000,00	17.532,48
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	5.688,32
<b>Imposto a Recolher</b>				<b>23.220,80</b>
<b>Deduções</b>				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações			-	-
Retido s/Periodos Anteriores				-
<b>Liquido a Pagar</b>				<b>23.220,80</b>
Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)				
Calculo CS 9 %	3.319,49	3.600,00	3.600,00	10.519,49
<b>Imposto a Recolher</b>				<b>10.519,49</b>
<b>Deduções</b>				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações				-
Retido s/Periodos Anteriores				-
<b>Liquido a Pagar</b>				<b>10.519,49</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Faturamento bruto do terceiro trimestre do ano de 2018, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos com tributação Lucro Presumido conforme figura nº 22:

Figura 22 - Base de cálculo 3º/Trim. 2018

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO				
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
CNPJ:				
CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO				
	jul/18	ago/18	set/18	Total
<b>Faturamento</b>				
- Serviços	125.000,00	125.000,00	125.000,00	375.000,00
<b>Cancelamento</b>	-	-	-	-
<b>Faturamento Total</b>	125.000,00	125.000,00	125.000,00	375.000,00
Base de Calculo IR Vendas 32%	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
Base de Calculo CSLL Vendas 32%	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
<b>Base de Calculo Final IR</b>	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
<b>Base de Calculo Final CSLL</b>	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 23 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no terceiro trimestre de 2018.

Figura 23 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 3º/Trim. 2018

Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)				
Calculo IR 15 %	6.000,00	6.000,00	6.000,00	18.000,00
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	6.000,00
Imposto a Recolher				24.000,00
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações			-	-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				24.000,00
Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)				
Calculo CS 9 %	3.600,00	3.600,00	3.600,00	10.800,00
Imposto a Recolher				10.800,00
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações				-
Retido s/Periodos Anteriores				-
Liquido a Pagar				10.800,00

Fonte: Elaborado pela autora

Faturamento bruto do quarto trimestre do ano de 2018, considerando no cálculo de IRPJ e CSLL a presunção de 32% para base dos Impostos com tributação Lucro Presumido conforme figura nº 24:

Figura 24 - Base de cálculo 4º/Trim. 2018

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO				
Nome da Empresa: LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO				
CNPJ:				
CÁLCULO IMPOSTO - LUCRO PRESUMIDO				
	out/18	nov/18	dez/18	Total
<b>Faturamento</b>				
- Serviços	125.000,00	125.000,00	125.000,00	375.000,00
<b>Cancelamento</b>	-	-	-	-
<b>Faturamento Total</b>	125.000,00	125.000,00	125.000,00	375.000,00
Base de Calculo IR Vendas 32%	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
Base de Calculo CSLL Vendas 32%	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
Redimento Aplicação Financeira	-	-	-	-
<b>Base de Calculo Final IR</b>	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
<b>Base de Calculo Final CSLL</b>	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos valores da figura acima, a figura nº 25 demonstra o cálculo dos impostos trimestrais, como o IRPJ, CSLL e IRPJ Adicional no quarto trimestre de 2018.

Figura 25 - Cálculo dos tributos IRPJ e CSLL 4º/Trim. 2018

Demonstrativo Imposto de Renda(Presunção 32%) - (2089)				
Calculo IR 15 %	6.000,00	6.000,00	6.000,00	18.000,00
Calculo IR Adicional 10 %	-	-	-	6.000,00
<b>Imposto a Recolher</b>				<b>24.000,00</b>
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações			-	-
Retido s/Periodos Anteriores				-
<b>Liquido a Pagar</b>				<b>24.000,00</b>
Demonstrativo Contribuição Social ( Presunção 32%) - (2372)				
Calculo CS 9 %	3.600,00	3.600,00	3.600,00	10.800,00
<b>Imposto a Recolher</b>				<b>10.800,00</b>
Deduções				
Retido s/Serviços	-	-	-	-
Retido s/Aplicações				-
Retido s/Periodos Anteriores				-
<b>Liquido a Pagar</b>				<b>10.800,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Total dos impostos mensais PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2018 considerando o faturamento bruto na tributação do Lucro Presumido conforme figura nº 26:

Figura 26 - Cálculo mensal de PIS e COFINS

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO													
Nome da Empresa:		LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO											
CNPJ:													
CÁLCULO IMPOSTO LUCRO PRESUMIDO													
		jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
Faturamento													
- Serviços		122.300,00	100.200,00	114.500,00	115.260,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Cancelamentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faturamento Total		122.300,00	100.200,00	114.500,00	115.260,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
PIS 0,65% - (8109)													
Base de Cálculo		122.300,00	100.200,00	114.500,00	115.260,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Valor à Recolher		794,95	651,30	744,25	749,19	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50
Valor Retido (-)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a Recolher		794,95	651,30	744,25	749,19	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50	812,50
COFINS 3% - (2172)													
Base de Cálculo		122.300,00	100.200,00	114.500,00	115.260,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Valor à Recolher		3.669,00	3.006,00	3.435,00	3.457,80	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00
Valor Retido (-)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a Recolher		3.669,00	3.006,00	3.435,00	3.457,80	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00

Fonte: Elaborado pela autora

No planejamento tributário utilizando como base os valores faturados no ano de 2018, o regime tributário que se tornou mais vantajoso neste comparativo foi do Simples nacional onde a empresa enquadrada no simples nacional no ano de 2018, irá obter uma economia no pagamento dos tributos de R\$ 62.810,65 (Sessenta e dois mil oitocentos e dez reais e sessenta cinco centavos). Neste caso a melhor opção ainda esta em ser tributado no regime do Simples Nacional, conforme resumo na figura nº 27 abaixo:

Figura 27 - Comparativo tributário ano base 2017

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - LUCRO PRESUMIDO x SIMPLES NACIONAL	
Nome da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO - SERVIÇO
CNPJ:	
TOTAL DOS TRIBUTOS A PAGAR NO SIMPLES NACIONAL EM 2017 - R\$ 196.817,73	
TOTAL DOS TRIBUTOS A PAGAR NO LUCRO PRESUMIDO EM 2017 - R\$ 259.628,38	
* IRPJ e IRPJ ADICIONAL - R\$ 92.180,80	
* CSLL - R\$ 41.825,09	
* PIS - R\$ 9.439,69	
* COFINS - 43.567,80	
* ISSQN 5% SOBRE O FATURAMENTO BRUTO - R\$ 72.613,00	
TOTAL DE ECONOMIA NA TRIBUTAÇÃO SIMPLES NACIONAL - R\$ 62.810,65	

Fonte: Elaborado pela autora

Para o ano 2018 foi comprovado que a tributação simples nacional continua sendo a mais vantajosa e econômica para a empresa do caso prático. Pode-se observar que o valor economizado do ano de 2017 para 2018 baixou, mas mesmo com a queda no valor a tributação no Simples Nacional continua sendo a melhor opção para empresa. Onde a cada final de ano deve efetuar sua nova projeção de faturamento para um novo planejamento tributário.

## 4 CONCLUSÃO

O artigo teve como objetivo estudar o planejamento tributário, considerando como uma ferramenta que auxilia as empresas a reduzir os impostos, de forma lícita. Como apontado no estudo a alta carga tributária no nosso País, vem causando sérios problemas financeiros nas empresas, tornando a carga tributária um elemento crítico e de alto custo, levando até mesmo algumas empresas à falência. Neste estudo demonstro a importância de efetuar a análise tributária, considerando a opção mais eficaz e benéfica para cada caso, desta forma as empresas conseguem escolher sua tributação, respeitando a legitimidade da lei, para diminuir seus custos com os tributos e assim manter seu crescimento e continuidade empresarial.

As empresas devem considerar importante a escolha da tributação no início de cada ano, visando sempre a menor carga tributária. Mas para que esta escolha seja efetuada com segurança as empresas precisam ter consciência, que os dados para elaborar o planejamento tributário devem estar sempre atualizados e com projeções dentro da realidade de mercado. Desta forma os profissionais de contabilidade devem estar atualizados com as novas legislações, solicitando as informações necessárias para elaborar o planejamento tributário que consequentemente trará benefícios financeiros a empresa na escolha de sua tributação.

Comprovou-se através do estudo que é possível sim, reduzir o pagamento de impostos, sem infringir a legislação. Com a devida apuração dos resultados e a constatação de que, quando se opta pelo regime tributário correto, obedecendo sempre os princípios e as determinações da legislação, a minimização da influência desses resultados se dá de forma bastante significativa, e em muitos casos, aumentando o resultado e a lucratividade das empresas. Neste caso o contador e o empresário são figuras importantes para que tudo flua da melhor maneira possível, onde os dois são as peças fundamentais para que o planejamento esteja com os dados e resultados próximos a realidade da projeção, considerando que o planejamento sempre visa os valores dos tributos no futuro com a projeção para o ano seguinte.

O estudo deste artigo proporcionou o entendimento dos tributos para melhoria nos resultados das empresas, também novas ideias para pesquisas futuras, expandindo o conhecimento tributário, que relaciono como um estudo essencial e necessário para que as empresas se mantenham no mercado ativas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Euridice; SANTOS, Luiz; BORGES, Viviane. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2013.

BEDÊ, Marco Aurélio. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Lei complementar Nº 70 de 30 de dezembro de 1991. Institui a contribuição para financiamento da seguridade social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1991.

BRASIL. Lei complementar Nº 7 de 07 de setembro de 1970. Institui o programa de integração social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1970.

BRASIL. **Lei Nº 9.718 de 27 de novembro de 1998**. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997**. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei Nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995**. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei Nº 12.814 de 16 de maio de 2013**. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei Nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002**. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei complementar Nº 155 de 27 de outubro de 2016**. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 3.000 de 26 de Março de 1999**. Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 1999.

CHAVES, Francisco; MUNIZ, Érika. **Contabilidade tributária na prática**. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2007.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas**: Interpretação e prática. 35.ed. São Paulo: IR Publicações, 2010.

SIMPLES NACIONAL. **Mudanças para 2018**. SEBRAE. Disponível em: <[http://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Banner/arquivo\\_1512481714.pdf](http://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Banner/arquivo_1512481714.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2018.

SIMPLES NACIONAL. **Mudanças para 2018**. SEBRAE. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/agenda/agenda.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2018.

ZANOTELLI, Marli. **PIS e COFINS cumulativos e não-cumulativos em uma empresa tributada pelo lucro real**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.